

**CONTABILIDADE PÚBLICA - ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

Thyago Dos Santos Mateus

Roselene Couras Del Vecchio Da Ponte - UNIFOR

Oderlene Vieira De Oliveira - UNIFOR

Josimar Souza Costa - Universidade de Fortaleza

Dafne Oliveira Carlos De Moraes - Centro Universitário da FEI

**Resumo**

Este estudo, de natureza teórica e empírica, analisa como os valores orçados são repassados, alocados e executados, o volume de atendimentos por programa e a percepção dos usuários. Por meio de um estudo descritivo dos exercícios 2022–2024, constatou-se déficit orçamentário na função saúde e em seus programas — exceto na atenção terciária — enquanto a demanda por atendimentos cresce de forma contínua. Questionários aplicados a 75 usuários revelaram conhecimento básico sobre orçamento e transparência, reconhecimento da importância do SUS e insatisfação com filas e demora no atendimento. Em conclusão, os resultados reforçam a necessidade de planejamento orçamentário mais rigoroso e transparência na aplicação dos recursos para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos serviços de saúde pública em Fortaleza. Como principais contribuições, o trabalho aprofunda o entendimento teórico do papel da contabilidade pública na eficiência dos serviços de saúde; propõe um modelo metodológico que integra indicadores orçamentários, volume de atendimentos e opinião dos usuários; identifica lacunas práticas na alocação de recursos e sugere ações para aprimorar planejamento e transparência; e confere uma dimensão social ao dar voz aos usuários do SUS, evidenciando suas principais demandas e percepções.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública, Gestão Orçamentário, Gestão Financeira

**Abstract**

This theoretical and empirical study examines how budgeted funds are transferred, allocated, and executed, the volume of service deliveries by program, and user perceptions. Through a descriptive analysis of the 2022–2024 fiscal years, a budget deficit was identified in the health function and its programs—except tertiary care—while demand for services continues to rise. Questionnaires administered to 75 users revealed basic knowledge of budgeting and transparency, recognition of SUS’s importance, and dissatisfaction with long queues and wait times. In conclusion, the findings underscore the need for more rigorous budget planning and greater transparency in resource allocation to ensure the sustainability and quality of public health services in Fortaleza. Key contributions of this work include deepening the theoretical understanding of public accounting’s role in health service efficiency; proposing a methodological model that integrates budgetary indicators, service volumes, and user feedback; identifying practical gaps in resource allocation and suggesting measures to enhance planning and transparency; and providing a social dimension by giving voice to SUS users, highlighting their primary demands and perceptions.

**Keywords:** Public Accounting, Budget Management, Financial Management

# CONTABILIDADE PÚBLICA - ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública, ramo da administração pública regido pela Lei nº 4.320/1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle orçamentário nas esferas federal, estadual e municipal. Seu principal objetivo é gerar informações orçamentárias que subsidiem a tomada de decisões em benefício da sociedade, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual assegura o equilíbrio fiscal e promove uma gestão pública mais responsável e transparente (Brasil, 2000).

A gestão financeira de recursos públicos é essencial ao funcionamento eficiente da administração, sobretudo em áreas sensíveis como a saúde. Conforme Dias et al. (2013, p. 207), “a saúde é uma das áreas que devem receber maior atenção dos entes governamentais dada a sua importância para o bem-estar da população.” Soares (2019) reforça que a contabilidade pública fornece dados cruciais para o controle e o planejamento das ações governamentais, cabendo aos gestores otimizar a aplicação dos recursos de acordo com as normas vigentes.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988, representa um marco histórico para a universalização do acesso à saúde. Por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), o SUS redistribui recursos federais a estados e municípios, viabilizando o custeio de serviços públicos essenciais (Agência Gov, 2024). Oliveira e Teixeira (2019) ressaltam que o orçamento público é o principal instrumento para a implementação de políticas públicas, permitindo a alocação de recursos em educação, saúde, infraestrutura e demais áreas prioritárias.

Em Fortaleza, contudo, o setor de saúde enfrenta desafios crescentes de escassez de recursos, o que torna a gestão orçamentária uma pauta contínua na agenda municipal. Neste contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como a gestão orçamentária influencia a alocação de recursos e a capacidade de atendimento nos serviços de saúde pública em Fortaleza, sob a ótica dos usuários? Trata-se de uma investigação descritiva, voltada a identificar os principais fatores que dificultam uma gestão orçamentária eficiente e os impactos desses entraves na qualidade dos serviços.

Para alcançar esse objetivo geral—analisar de que forma os recursos orçamentários destinados à saúde de Fortaleza são alocados e de que modo influenciam os benefícios oferecidos à população—foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar dados sobre a transparência do governo em relação aos valores orçados e executados;
2. Analisar a alocação de recursos nos programas da rede pública de saúde em Fortaleza;
3. Evidenciar o número total de atendimentos realizados;
4. Investigar a percepção da população quanto à qualidade dos serviços e seu nível de conhecimento sobre orçamento e transparência.

Este estudo justifica-se por oferecer contribuições teóricas, ao aprofundar o entendimento sobre o papel da contabilidade pública e da gestão orçamentária na eficiência dos serviços de saúde; metodológicas, ao propor um modelo descritivo que combina indicadores orçamentários, dados de atendimento e percepção dos usuários; práticas, ao identificar lacunas na alocação de recursos em Fortaleza e sugerir recomendações para aprimorar transparência e monitoramento; sociais, ao dar voz aos usuários do SUS e evidenciar suas demandas e níveis de conhecimento sobre orçamento; e políticas, ao fornecer subsídios para fortalecer a participação cidadã e alinhar o orçamento público às necessidades reais da população.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contabilidade pública**

A contabilidade no setor público tem avançado a passos largos, impulsionada principalmente pela necessidade de adaptação, atualmente, o seu campo de aplicação é mais abrangente, desempenhando um papel fundamental como um instrumento de controle e acompanhamento de gestão. “A contabilidade pública, utilizando os princípios, os critérios, os métodos e as técnicas da ciência contábil. É responsável pela tarefa de acompanhamento e evolução do patrimônio público.” Haddad e Mota (2010, p. 62). A ciência contábil atua justamente exercendo essa função, que é a de acompanhar e controlar o patrimônio público.

É relevante destacar que a contabilidade pública é regida pela lei 4.320/64 que estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle do orçamento. Essa lei é fundamental para garantir uma boa gestão fiscal e orçamentária na área pública, estabelecendo normas essenciais para a organização, controle e a transparência, garantindo também a conformidade com todos os princípios que regem a administração pública. Em conformidade com a lei 4.320/64 a contabilidade deverá evidenciar:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados [...] Art.89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial (Brasil, 1964, art. 83, 89).

Esses artigos mencionados referentes à lei 4.320/64 reforçam justamente a importância da transparência e o controle financeiro através da contabilidade, garantindo que todos aqueles que lidam com as verbas ou bens públicos, prestem contas com a administração pública.

A Lei de responsabilidade fiscal (LRF) promulgada em 04 de maio de 2000 estabelece normas para uma gestão fiscal responsável e transparente, pois impõe parâmetros e regras a serem seguidas referente aos gastos públicos de cada ente federativo, isso vale para os estados e municípios brasileiros (Tesouro Nacional, 2020). Sua importância para o controle e a prestação de contas na administração pública é considerável. A lei de responsabilidade fiscal (LRF) vai atuar visando garantir o equilíbrio das contas públicas, orientando a elaboração, execução e o controle orçamentário. De acordo com a lei, a LRF deverá observar:

Art.48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentários e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (Brasil, 2000, art.48).

Este artigo referente à Lei de Responsabilidade Fiscal deixa bem claro a importância da transparência e determina que os documentos relacionados à administração pública sejam amplamente divulgados, incluindo por meios eletrônicos, para que a informação chegue de forma rápida e eficiente para a população acompanhar a execução orçamentária e a saúde fiscal do governo.

### **2.2 Transparência e prestação de contas na gestão pública**

Ao longo da história, a transparência e a prestação de contas à sociedade têm se aprimorado de forma contínua. A ampliação da divulgação das ações governamentais aos cidadãos, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestígio e desenvolve as noções de cidadania (Pires, 2013).

Quando se fala a respeito de transparência na gestão pública, normalmente se associa ao ato de prestar contas, pois a partir de uma prestação de contas bem elaborada contribui para o aumento da confiabilidade nas demonstrações por parte de seus usuários. Concomitante, a transparência se fortalece, pois ambos os conceitos estão intrinsecamente alinhados, complementando um ao outro. A transparência, por exemplo, tem em sua essência a

disponibilização de informações orçamentárias claras e concretas para a sociedade, já a prestação de contas tem o dever de informar aos órgãos de controle o correto uso de recursos.

Conforme Favreto *et al.* (2016) a prestação de contas das instituições públicas de uma maneira geral, não se limita apenas ao ato de prestar contas tanto para os órgãos de controle como para sociedade, mas sim como uma forma de enriquecer a gestão com informações precisas para a tomada de decisões, não só no presente e sim no futuro. Ao disponibilizar informações claras e precisas sobre suas ações, a administração pública não apenas cumpre uma exigência legal, mas também proporciona uma base sólida para o planejamento e a avaliação das políticas públicas.

No município de Fortaleza, a participação da população na gestão pública é viabilizada por meio do portal da transparência. O mesmo possui o objetivo de promover o engajamento do cidadão, garantindo informações detalhadas de toda a execução orçamentária da capital. Por meio do portal, a população pode acompanhar as receitas, despesas e demonstrativos financeiros de cada exercício, fortalecendo ainda mais esse vínculo entre a administração pública e a sociedade.

O portal da transparência da prefeitura municipal de Fortaleza foi lançado em 2009. A criação deste instrumento reflete justamente as normas e regras que foram estabelecidas pela lei de acesso a informação, a Lei 12.527/2011, juntamente com a lei 101/2000 que estabelece as normas para uma gestão fiscal responsável, promovendo a transparência e equilibrando as contas públicas. (Portal da transparência, 2009).

### **2.3 Alocação orçamentária de recursos públicos**

A alocação do orçamento envolve a distribuição dos recursos entre as diferentes esferas do governo, com o intuito de suplementar o orçamento dos diversos setores, atendendo, assim, às necessidades da população. Todos os gastos de recursos públicos são evidenciados na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou por meio de legislações específicas.

De acordo com Kohama (2016, p. 46) “orçamento é um ato de previsão de receita e fixação da despesa para um determinado período de tempo, geralmente, um ano, e constitui o documento fundamental das finanças do estado, bem como na contabilidade pública.” A gestão orçamentária possui uma importância grandiosa para a tomada de decisões e para garantir um equilíbrio financeiro, uma vez que, por meio desses dados coletados, é que se pode determinar a melhor maneira de alocar os recursos públicos, assegurando que sejam direcionados de maneira correta.

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos de planejamento e gestão financeira do governo, cada um com funções específicas. De acordo com o “Art. 165. Referente às leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais” (Brasil, 1988, art.165).

O PPA (Plano Plurianual) estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento de políticas públicas e investimentos a serem realizados durante um período de quatro anos. Além disso, tem uma importância significativa, pois garante uma transparência para a sociedade em relação à alocação dos recursos públicos.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (Brasil, 1988, art.165).

O artigo aborda a obrigatoriedade de elaboração do Plano Plurianual (PPA) pela administração pública federal, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) define as metas fiscais e as prioridades do governo para o próximo exercício financeiro, além de estabelecer regras para a execução do orçamento.

O § 2º do artigo estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá abranger as metas e prioridades da administração pública federal, bem como as diretrizes de política fiscal e suas respectivas metas, de modo a assegurar a trajetória sustentável da dívida pública. A LOA aprova o orçamento detalhado do governo para o ano seguinte, especificando a previsão de receitas e despesas.

O § 5º do artigo que regula a Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece a estrutura de distribuição dos orçamentos públicos, segmentando-os em três componentes principais. Na área da saúde, esses instrumentos são fundamentais para a melhoria dos serviços que são oferecidos para a população.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo combinou abordagens qualitativa e quantitativa para analisar a gestão orçamentária da saúde em Fortaleza/CE e seus impactos na qualidade dos serviços ofertados à população. Inicialmente, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, com base em documentos impressos (livros, artigos, teses), e documental, utilizando relatórios oficiais e registros do Balanço Geral de Fortaleza e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Para a vertente qualitativa, adotou-se o conceito de Brasileiro (2021, p. 83), segundo o qual “a análise qualitativa se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados”, privilegiando a compreensão dos processos, variáveis e suas relações sem recorrer a técnicas estatísticas.

Na dimensão quantitativa, também segundo Brasileiro (2021, p. 83), buscou-se “expressar fatos, informações, dados e opiniões em medidas numéricas” por meio da coleta sistemática dos valores orçados e executados na função saúde dos exercícios de 2022 a 2024. Compararam-se as previsões orçamentárias iniciais com os montantes efetivamente gastos e identificaram-se os programas que receberam os maiores volumes de recursos, avaliando sua evolução ao longo dos três anos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva: exploratória para familiarizar-se com o problema e delimitar hipóteses (Gil, 2017, p. 33) e descritiva para caracterizar a alocação de recursos e possíveis relações entre variáveis, como volume de orçamento e número de atendimentos (Gil, 2017, p. 33). A análise documental, conforme Severino (2013, p. 108), utilizou registros sistematizados de dados financeiros para embasar essas descrições.

Além disso, complementou-se o estudo com uma pesquisa empírica junto a usuários do sistema público de saúde. Foi aplicado um questionário estruturado, por meio do Google Forms, a 75 pessoas — tanto pacientes do Instituto Doutor José Frota (IJF) quanto de outras unidades de Fortaleza. O instrumento incluiu perguntas de múltipla escolha, escala linear e caixas de seleção para mapear a percepção dos usuários sobre a qualidade dos atendimentos e o conhecimento acerca do orçamento da saúde. A coleta de dados deu-se nos meses de abril e maio de 2025. As respostas foram tratadas pela técnica de frequência, permitindo um retrato quantitativo da opinião dos entrevistados. Foram elencados treze quesitos no questionário: (1) Faixa etária, (2) Utilização dos serviços, (3) Importância dos serviços, (4) Benefício oferecido, (5) Fator que afeta, (6) Fator que influencia, (7) Percepção sobre os recursos destinados, (8) Qualidade dos atendimentos, (9) Quantidade dos atendimentos, (10) Conhecimento sobre o orçamento, (11) Conhecimento sobre transparência, (12) Percepção sobre aplicação de recursos, (13) Satisfação com os serviços oferecidos.

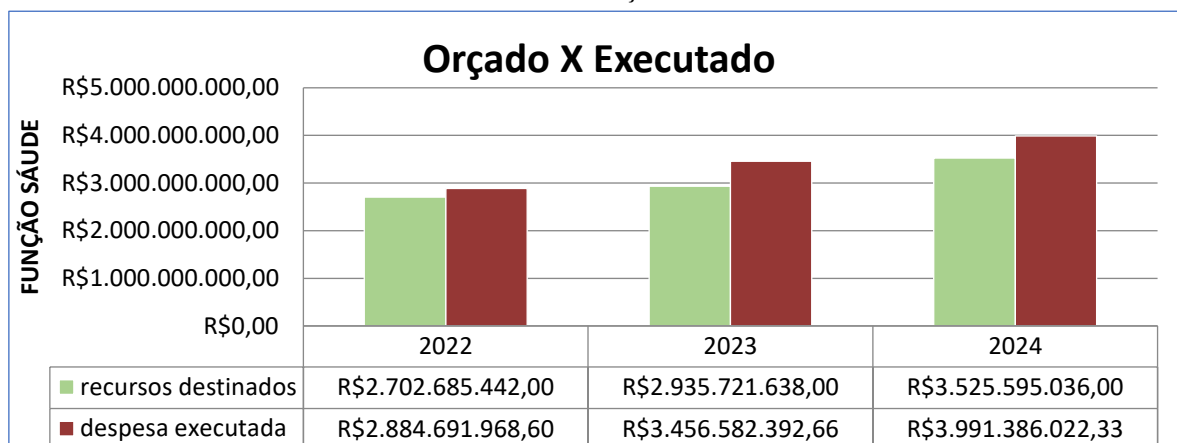
Por fim, para consolidar as evidências, os dados documentais passaram por análise de conteúdo (Bardin, 2016), organizando categorias e temas emergentes que correlacionassem a evolução orçamentária à capacidade de atendimento e ao grau de satisfação dos usuários. A coleta de informações financeiras ocorreu no mês de maio de 2025, diretamente no portal de transparência da Capital, garantindo a atualização e a confiabilidade dos dados.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Dados referentes à transparência do governo com a população em relação aos valores orçados e executados

O Gráfico 1 apresenta os valores inicialmente orçados e os executados da função saúde em cada exercício financeiro. Com base nos dados do portal da transparência de Fortaleza, observa-se que a função saúde apresentou déficit orçamentário nos três exercícios analisados.

Gráfico 1- Valores orçados x Executados



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE.

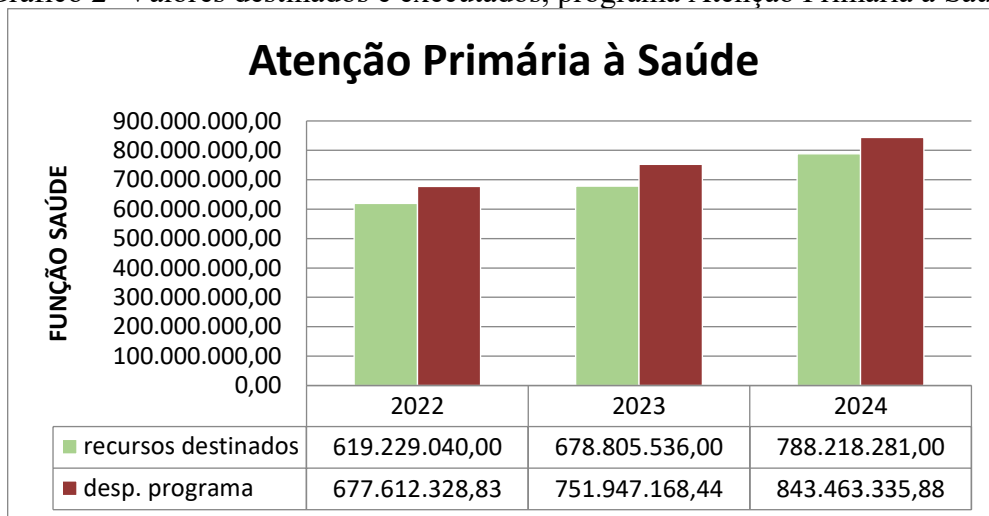
Em 2022, os gastos superaram o planejado em R\$ 182.006.526,60. Em 2023, esse déficit aumentou significativamente, atingindo R\$ 520.860.754,66, reflexo do crescimento da demanda por serviços de saúde. Já em 2024, embora o valor executado também tenha sido superior ao orçado, a diferença foi menor, totalizando R\$ 465.790.986,33. Isso indica uma melhora no alinhamento entre o planejamento orçamentário e as necessidades reais do setor, ainda que o desequilíbrio orçamentário persista.

### 4.2 Análise da alocação dos recursos orçamentários nos programas da rede pública de saúde em Fortaleza

Para essa análise, foram selecionados os seguintes programas: Atenção primária à saúde, Atenção especializada à saúde e Atenção terciária à saúde, respectivamente. Os dois primeiros programas estão entre os três que recebem mais recursos para seu funcionamento, o que justificou a desses programas. O programa de atenção terciária à saúde também é muito importante, principalmente no Instituto Doutor José Frota (IJF), onde a maioria dos dados foram coletados. Todos os valores destinados estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada exercício analisado, e todas as despesas foram retiradas do portal da transparência, mais especificamente nas despesas por programas. O Gráfico 2 apresenta os valores inicialmente orçados e os executados pelo programa de atenção primária à saúde.

Ao analisar os valores inicialmente destinados com os executados, o programa Atenção Primária à Saúde revela que, nos três exercícios analisados, as despesas executadas superaram os valores orçados, indicando déficits sucessivos. Em 2022, a diferença foi de R\$ 58,3 milhões, aumentando para R\$ 73,1 milhões em 2023. Já em 2024, apesar do orçamento ter sido significativamente maior (cerca de R\$ 788,2 milhões), o déficit caiu para R\$ 55,2 milhões. Isso demonstra uma melhora no planejamento orçamentário em 2024, com maior alinhamento entre os recursos previstos e as necessidades reais do programa.

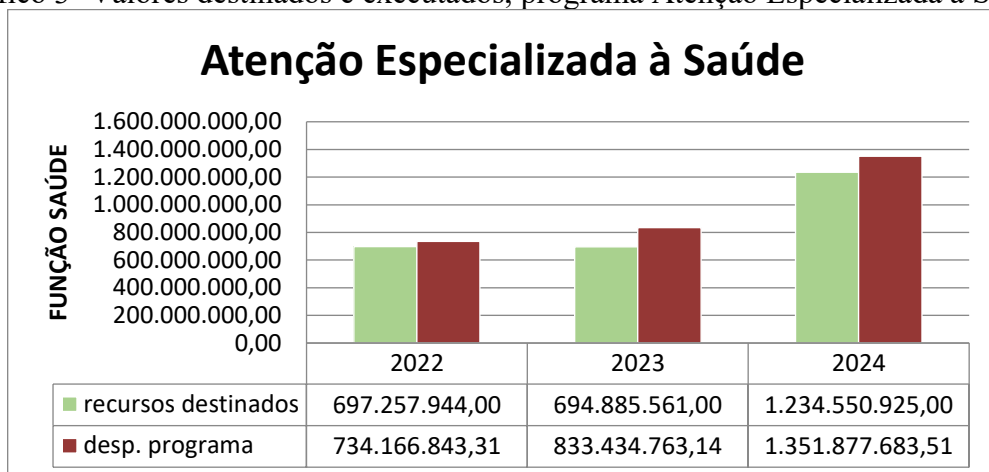
Gráfico 2- Valores destinados e executados, programa Atenção Primária à Saúde



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE

O Gráfico 3 apresenta os valores inicialmente orçados e os executados pelo programa de Atenção Especializada à Saúde.

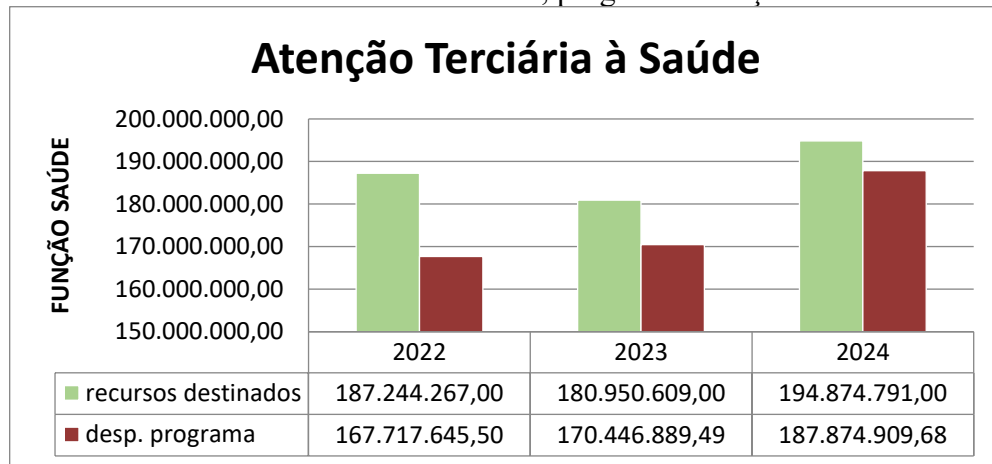
Gráfico 3- Valores destinados e executados, programa Atenção Especializada à Saúde.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE

Ao analisar os valores inicialmente destinados com os executados, o programa de Atenção Especializada à Saúde mostra que, de 2022 a 2024, os valores executados superaram os orçados, evidenciando déficits recorrentes. Em 2022, o déficit foi de R\$ 36,9 milhões, aumentando significativamente para R\$ 138,5 milhões em 2023. Em 2024, apesar do orçamento elevado (cerca de R\$ 1,23 bilhão), a diferença caiu para R\$ 117,3 milhões. Isso indica que, embora os recursos alocados tenham aumentado ao longo dos anos, continuam insuficientes frente à demanda crescente, exigindo ajustes constantes na dotação orçamentária. Ao observar os gráficos apresentados, é possível perceber um desequilíbrio orçamentário recorrente, evidente ano após ano, com uma tendência crescimento. O Gráfico 4 apresenta os valores inicialmente orçados e os executados pelo programa de atenção terciária a saúde.

Gráfico 4- Valores destinados e executados, programa Atenção Terciária à Saúde



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da LOA da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE

A análise dos dados referentes ao programa de Atenção Terciária à Saúde evidencia que, nos exercícios financeiros de 2022 a 2024, os valores executados permaneceram abaixo dos recursos inicialmente orçados, resultando em superávits consecutivos. Em 2022, registrou-se um superávit de aproximadamente R\$ 19,5 milhões, enquanto em 2023 a diferença positiva foi de R\$ 10,5 milhões. No exercício de 2024, embora o orçamento destinado tenha alcançado cerca de R\$ 194,8 milhões, a despesa executada manteve-se inferior, gerando um superávit de R\$ 6,9 milhões. Observa-se, contudo, uma redução gradual desses superávits ao longo dos anos.

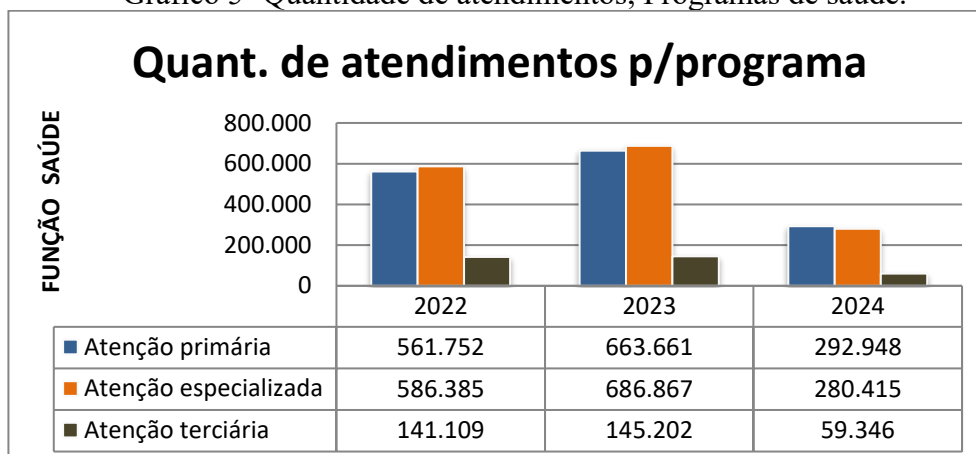
Após a análise referente ao terceiro programa, observa-se que os recursos programados conseguem abater as despesas nos três exercícios analisados. No entanto, o superávit gerado vem diminuindo progressivamente a cada ano.

#### 4.3 Evidenciação do número total de atendimentos realizados na rede pública de Saúde em Fortaleza

A análise do Gráfico 5 revela importantes tendências nos atendimentos médicos realizados pelos programas de saúde em Fortaleza. No que diz respeito à Atenção Primária, observa-se um crescimento expressivo entre os anos de 2022 e 2023, com o número de consultas aumentando de 561.752 para 663.661, o que representa um acréscimo de 101.909 atendimentos. Em 2024, até o dia 31 de maio, já foram registrados 292.948 atendimentos. Considerando esse dado parcial, é possível projetar que os atendimentos ao longo do ano poderão alcançar ou até mesmo superar os totais dos anos anteriores, mantendo a tendência de crescimento. Esse aumento contínuo nos atendimentos reforça a pressão sobre os serviços públicos de saúde, que ano após ano apresentam elevação considerável nos gastos para atender à crescente demanda da população.

A Atenção Especializada segue a mesma tendência de crescimento. Em 2022, foram realizados 586.385 atendimentos, número que subiu para 686.867 em 2023, um aumento de 100.482 atendimentos. Já em 2024, até o mês de abril, foram registrados 280.415 atendimentos. Com base nesse volume parcial, projeta-se que o total anual poderá ultrapassar os 840 mil atendimentos, superando amplamente os dois anos anteriores. Esse avanço evidencia a expansão dos serviços nas unidades de pronto atendimento (UPAs), mas também demonstra o aumento da procura por assistência especializada, exigindo maior investimento para garantir o funcionamento adequado da rede.

Gráfico 5- Quantidade de atendimentos, Programas de saúde.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE

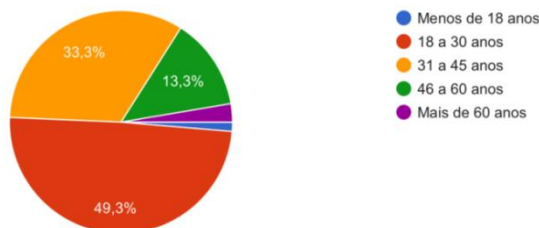
No caso da Atenção Terciária, responsável pelos atendimentos de urgência e emergência, os dados também revelam crescimento, ainda que em menor escala. Em 2022, foram registrados 141.109 atendimentos, passando para 145.202 em 2023, o que representa um aumento de 4.093 registros. Em 2024, até o mês de maio, os atendimentos somam 59.346. A projeção para o ano completo indica uma tendência de leve retração em relação a 2023, possivelmente causada pela escassez de recursos financeiros, o que tem limitado a capacidade de atendimento e comprometido a oferta de serviços à população. Apesar disso, ao observar o total de atendimentos em todos os programas analisados, percebe-se um crescimento significativo de um exercício para o outro.

#### 4.4 Percepção dos usuários aos serviços de Saúde Pública

Nesta subseção apresenta-se a percepção dos usuários dos serviços de saúde pública na cidade de Fortaleza. O resultado para aplicação desta pesquisa é baseado em uma amostra de setenta e cinco pessoas que utilizam esses serviços.

Gráfico 6- Faixa etária

75 respostas



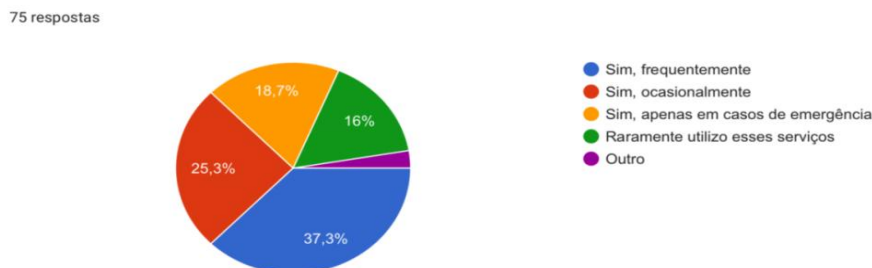
Ao analisar os dados coletados referentes ao Gráfico 6, fica evidente que grande parte dos respondentes possuem entre 18 a 30 anos, o que corresponde a (49,3%), as demais classificações como: 31 a 45 anos correspondem a (33,3%), 46 a 60 (13,3%), mais de 60 (2,7%) e menos de 18 anos com (1,3%).

Essa pesquisa revela que a maior parte dos usuários dos serviços de saúde pública em Fortaleza é composta por jovens e adultos, enquanto as faixas etárias mais avançadas têm uma participação significativamente menor, assim como aqueles que são menores de 18 anos.

O gráfico 7 aponta que a maior parte dos respondentes utilizam os serviços públicos frequentemente, o que corresponde a (37,3%), enquanto (25,3%) utilizam os serviços ocasionalmente, seguidos por um percentual de (18,7%) correspondente àqueles que Utilizam

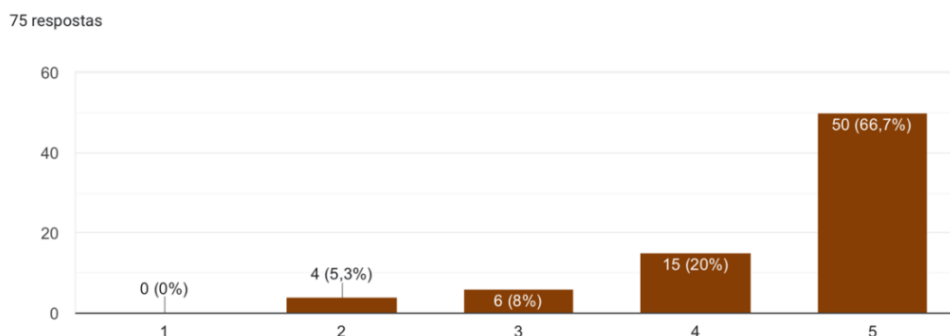
apenas em casos de emergência e (16%) são aqueles que raramente utilizam os serviços, mas que já chegaram a utilizar, por fim um percentual de (2,7%) outros que pode incluir outras justificativas do respondente.

Gráfico 7- utilização dos serviços



O Gráfico 7 deixa evidente que existe uma demanda por parte da população e a mesma está sempre utilizando os serviços públicos de saúde, mesmo que seja ocasionalmente ou em casos de emergência, mas conforme apontado no gráfico, boa parte faz o uso frequentemente, esses dados reforçam justamente a importância da oferta desses serviços para a população de Fortaleza.

Gráfico 8- Importância dos serviços



Conforme esta análise demonstrada por meio do gráfico 8, é evidente que a saúde pública é tratada como um assunto muito importante em meios aos usuários. Expondo os dados de maneira decrescente: grau 5 (66,7%), grau 4 (20%), grau 3 (8%) e grau 2 (5,3%) os demais itens não tiveram resultados. Essa percepção dos usuários mostra um resultado quase unânime, pois praticamente todos concordaram que os serviços de saúde pública são essenciais para a população, sendo considerados de alta importância pela maior parte dos participantes desta pesquisa.

Após a análise referente ao Gráfico 9, é possível constatar que a maior parte dos usuários considera como um benefício de saúde pública, o acesso gratuito aos serviços de saúde pública, chegando a um percentual de (45,3%), a melhora no acesso a serviços médicos de qualidade independente da renda (25,3%), atendimento rápido e eficiente em situações de urgência e emergência (21,3%), ampliação no Acesso à medicamentos e tratamentos essenciais (6,7%) e por fim um percentual correspondente a (1,3%) referente a outros. Esta análise esclarece o fato de que grande parte acredita que o acesso gratuito para os serviços é um benefício efetivo oferecido para a população.

Gráfico 9- Benefício oferecido

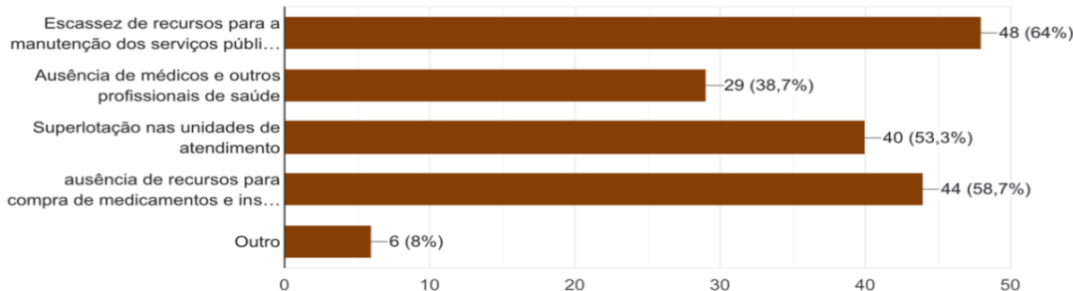
75 respostas



O Gráfico 10 a seguir sobre os fatores que afetam a execução do orçamento seria possível uma ou mais seleções de respostas, onde o que se julgasse adequado e pertinente poderia ser marcado.

Gráfico 10- Fator que afeta

75 respostas



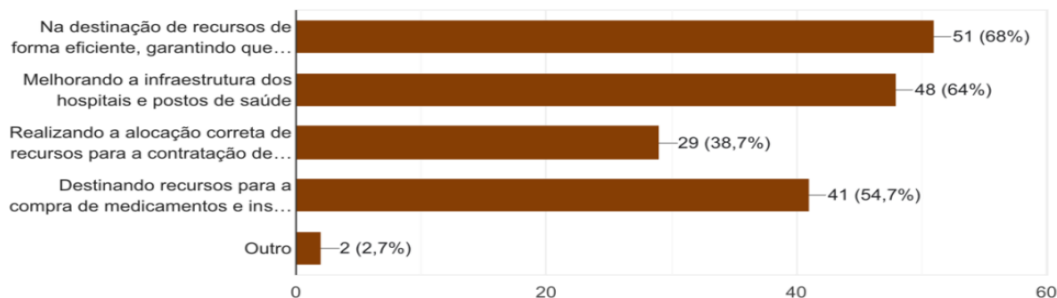
De acordo com os dados apresentados no Gráfico 10, relacionados ao fator que mais afeta a execução orçamentária da saúde, os resultados são os seguintes: Escassez de recursos para a manutenção dos serviços públicos de saúde (64%), ausência de recursos para compra de medicamentos e insumos básicos (58,7%), superlotação nas unidades de atendimento (53,3%), ausência de médicos e outros profissionais de saúde (38,7%) e outro (8%).

É evidenciado que a escassez de recursos é um fator preocupante para as pessoas, porque afeta não só a execução do orçamento para esta função, mas também as pessoas que necessitam dos serviços. Os dados retirados do gráfico mostram outros fatores preocupantes, como a ausência de recursos para compra de medicamentos e superlotação nas unidades de atendimento. Ambos os problemas derivam da Escassez de recursos.

O Gráfico 11 a seguir sobre os fatores que influenciam na gestão do orçamento, seria possível uma ou mais seleções de respostas, onde o que se julgasse adequado e pertinente poderia ser marcado.

Gráfico 11- Fator que influencia

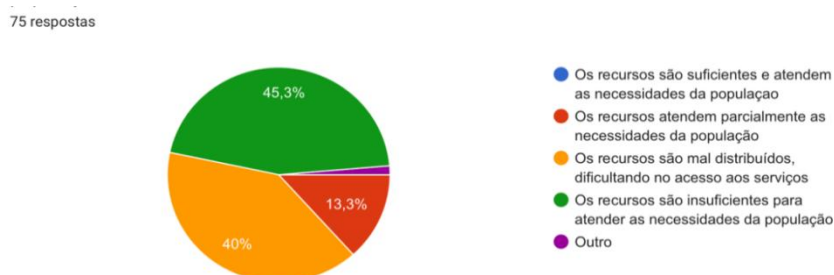
75 respostas



Conforme os dados levantados após a análise deste gráfico 11, referente à forma de como a gestão orçamentária influencia nos benefícios oferecidos à população, os resultados foram esses: na destinação de recursos de forma eficiente, garantindo que todos os programas de saúde sejam assistidos (68%), melhorando a infraestrutura dos hospitais e postos de saúde (64%), destinando recursos para a compra de medicamentos e insumos essenciais (54,7%), realizado a alocação correta de recursos para a contratação de profissionais de saúde (38,7%) e outro (2,7%).

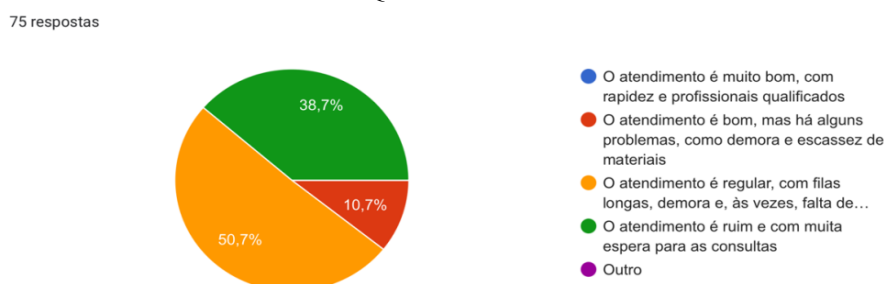
Esta análise mostra que a população acredita que a gestão orçamentária vai influenciar nos benefícios oferecidos justamente por meio da destinação de recursos de forma eficiente para os programas, pois é através deles que a população acaba se beneficiando.

Gráfico 12- Percepção dos recursos destinados



O Gráfico 12 aponta a percepção da população por meio dessa destinação desses recursos. A maior parte dos usuários acredita que os recursos são insuficientes para atender às necessidades da população (45,3%), seguidos por os recursos são mal distribuídos, dificultando no acesso aos serviços (40%), os recursos atendem parcialmente às necessidades da população (13,3%) e outro (1,3%), a alternativa que corresponde a que os recursos são suficientes e atendem as necessidades da população não obteve nenhuma resposta, o que reflete claramente a análise deste gráfico, pois, em sua maioria, a população percebe que os recursos são insuficientes ou mal distribuídos.

Gráfico 13- Qualidade dos atendimentos

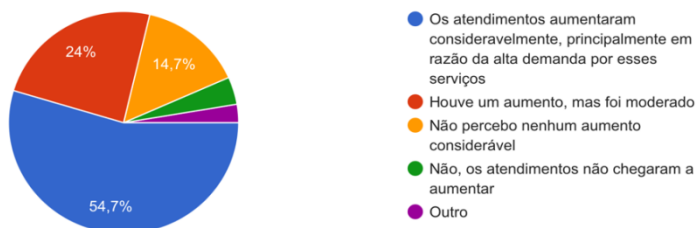


Em resposta aos dados coletados referente ao Gráfico 13, fica evidente que os usuários apresentam uma experiência negativa quando questionados sobre a qualidade dos atendimentos nos serviços de saúde pública em Fortaleza.

Os resultados coletados foram os seguintes: O atendimento é regular, com filas longas, demora e, às vezes, falta de médicos ou medicamentos (50,7%), o atendimento é ruim e com muita espera para as consultas (38,7%), o atendimento é bom, mas há alguns problemas, como demora e escassez de materiais (10,7%), os demais itens não obtiveram respostas para as perguntas. Pode-se concluir que, embora algumas pessoas considerem os serviços oferecidos como bons, a quantidade que acredita que ele seja ruim ou regular é significativamente maior.

Gráfico 14- Quantidade de atendimentos

75 respostas

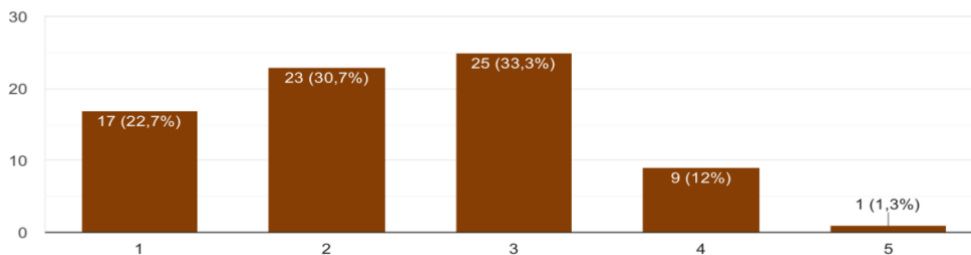


Após uma análise minuciosa relativa ao Gráfico 14, é possível concluir que a população tem convicção que a quantidade de atendimentos aumentou consideravelmente, Conforme nas respostas apresentadas a seguir: os atendimentos aumentaram consideravelmente, principalmente em razão da alta demanda por esses serviços (54,7%), houve um aumento, mas foi moderado (24%), não percebo nenhum aumento considerável (14,7%), não, os atendimentos não chegaram a aumentar (4%) e outro (2,7%).

Mais da metade dos respondentes acreditam que os atendimentos aumentaram em razão da alta demanda pelos serviços de saúde. Isso é justamente o que aponta os gráficos relacionados aos atendimentos realizados por programas já citados neste artigo.

Gráfico 15- Conhecimento sobre o orçamento

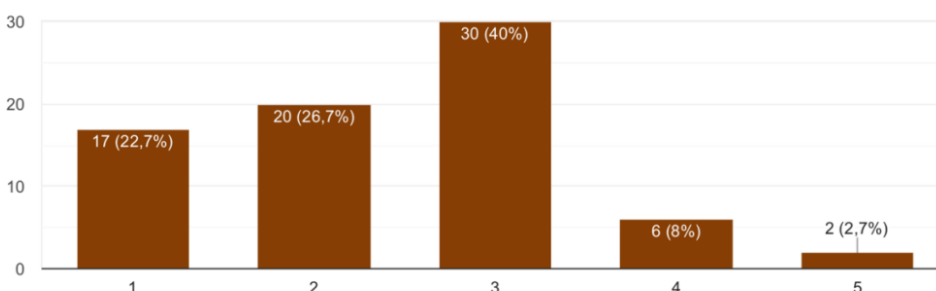
75 respostas



Ao explorar o Gráfico 15, conclui se que o grau de conhecimento da população referente ao orçamento de Fortaleza é bem básico e limitado, como mostra os resultados expostos de forma decrescente: grau 3 (33,3%), grau 2 (30,7%), grau 1 (22,7%), grau 4 (12%) e grau 5 (1,3%). Esses resultados refletem a percepção dos usuários em relação ao próprio conhecimento no assunto. É possível observar que a maioria tem um conhecimento básico sobre o tema, enquanto boa parte possui nenhum conhecimento ou um conhecimento limitado. Apesar de que algumas pessoas tenham um bom conhecimento, esse número se torna irrelevante quando comparado aos percentuais dos demais grupos.

Gráfico 16- Conhecimento sobre transparência

75 respostas



O Gráfico 16, sobre as medidas que poderiam ser adotadas para um uso de recursos mais eficaz de acordo com a percepção da população, seria possível uma ou mais seleções de respostas, onde o que se julgasse adequado e pertinente poderia ser marcado. Ao explorar o gráfico 16, é possível concluir que o grau de conhecimento da população referente à transparência dos recursos que são aplicados na saúde em Fortaleza. Os usuários demonstraram um grau semelhante ao gráfico 19 referente ao orçamento, como mostra os resultados expostos de forma decrescente: grau 3 (40%), grau 2 (26,7%), grau 1 (22,7%), grau 4 (8%) e grau 5 (2,7%).

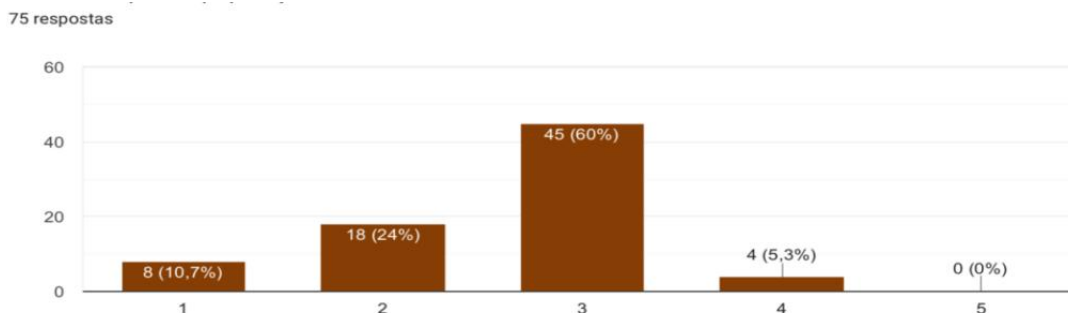
Diferente do conhecimento relacionado ao orçamento, quando se fala em transparência, uma pequena quantidade demonstrou um bom conhecimento e um conhecimento avançado.

Gráfico 17- Percepção sobre a aplicação de recursos.



Em resposta aos dados extraídos do Gráfico 17, conclui-se que grande maioria acredita que a transparência é limitada. Conforme os resultados demonstrados a seguir: a transparência é limitada, pois as informações divulgadas não são claras sobre a real aplicação dos recursos (42,7%), há certa transparência, mas os dados divulgados nem sempre são detalhados (32%), falta transparência, pois os dados sobre o orçamento e os Gastos são difíceis de encontrar (16%) e outro (9,3%), os demais itens não apresentaram resultados.

Gráfico 18- Satisfação com os serviços públicos de saúde



Ao explorar o Gráfico 18 é possível concluir que o grau de satisfação da população referente à qualidade e o acesso aos Serviços de saúde pública, é uma população que se declara pouco satisfeita. Como mostra os resultados expostos de forma decrescente: grau 3 (60%), grau 2 (24%), grau 1 (10,7%) e grau 4 (5,3%), um dado curioso é que o grau 5 não obteve nenhuma resposta, o que acaba fortalecendo e reforça a percepção de que a população se encontram bastante insatisfeita com a qualidade e ao acesso aos serviços de saúde pública oferecidos.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa confirmou que a gestão orçamentária da saúde em Fortaleza impacta diretamente os benefícios oferecidos à população. Ao comparar os valores inicialmente orçados com os efetivamente executados entre 2022 e 2024, verificou-se déficit em toda a função saúde e em seus principais programas (atenção primária, especializada e, com exceção do programa de atenção terciária, também deficitários). Esse descompasso agrava-se diante do alto volume

de atendimentos realizados, refletindo a crescente demanda da população por serviços públicos de saúde.

A aplicação de questionário a 75 usuários revelou que, embora reconheçam a relevância do SUS e tenham um conhecimento básico sobre orçamento e transparência, a maioria atribui nota média (3 em escala de 1 a 5) à satisfação geral. Longas filas, atrasos nos atendimentos e percepção de recursos insuficientes dominaram as respostas. Em contrapartida, muitos acreditam que uma alocação mais eficiente e transparente — aliada a investimentos na infraestrutura de hospitais e postos de saúde — poderia melhorar substancialmente a qualidade dos serviços.

Conclui-se, portanto, que um planejamento orçamentário mais rigoroso e uma distribuição equilibrada dos recursos são essenciais para evitar déficits, otimizar custos operacionais e reduzir a sobrecarga nos equipamentos de saúde. Além disso, a divulgação clara e acessível das informações orçamentárias pode fortalecer a participação cidadã, engajar a população e legitimar as decisões de gestão.

Em termos de contribuição, este estudo aprofunda a compreensão do papel da contabilidade pública na eficiência dos serviços de saúde (contribuição teórica), propõe um modelo integrado de análise orçamentária e perceptiva do usuário (contribuição metodológica), identifica lacunas na alocação de recursos e oferece recomendações práticas para gestores (contribuição prática), dá voz ao usuário do SUS (contribuição social) e aponta diretrizes para políticas de transparência e participação (contribuição política).

Para pesquisas futuras, sugere-se expandir o modelo analítico a outros municípios do Ceará ou a um recorte nacional, incorporando séries mais recentes e comparando diferentes realidades locais. Isso permitirá validar as recomendações e aprofundar a investigação sobre os determinantes da eficiência orçamentária na saúde pública.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União: seção 1, 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União: seção 1, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União: seção 1, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei de responsabilidade fiscal. **Ministério da fazenda**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASILEIRO, Ada. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Editora Contexto, 2021. *E-book*. p.4. ISBN 9786555414400.

DIAS, L. N. da S. *et al.* Fatores associados ao desperdício de recursos da saúde repassados pela união aos municípios auditados pela controladoria geral da união. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 206–218, set. 2013.

FAVRETO, Elemer Kleber *et al.* Contabilidade aplicada ao setor público: uma análise da prestação de contas como instrumento de autoavaliação institucional. **Revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, v. 9, n. 2, p. 40–55, dez. 2016.

FORTALEZA. **Portal da Transparência**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/perguntasFrequentes>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HADDAD, Rosaura; MOTA, Francisco. **Contabilidade pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília] 2010. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/24a1f0626449ac71c87a5d16d5f5d566.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Antônio; TEIXEIRA, Marília. **Contabilidade governamental**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. E-book. p.79. ISBN 9788571440524.

PIRES, Atrícia. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo / RS**. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013

SOARES, Marilene. **O princípio da eficiência em contabilidade pública: a alocação de recursos públicos para a geração de educação e saúde nos estados brasileiros**. 2019. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade do Minho, Braga, 2019.

SOBRE O FNS. **Fundo Nacional de Saúde**. 2024. Disponível em: <https://portal-fns.saude.gov.br/sobre-o-fns/>. Acesso em: 16 abr. 2025.